



AUTÓGRAFO LEGISLATIVO Nº 89, DE 21 DE JULHO DE 2022

Estabelece o vencimento dos Agentes de Combate às Endemias – ACE, e dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, com amparo na Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, que “Acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA. Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 182 do Regimento Interno da Casa, que o Poder Executivo propôs e a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Estabelece o vencimento dos Agentes de Combate às Endemias – ACE e dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, ocupantes de cargos de provimento efetivo, da Lei n.º 5.090, de 7 de novembro de 2019, que “Cria os cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, na forma que menciona”, que passa a ser de R\$ 2.424,00 (dois mil e quatrocentos e vinte e quatro reais), com amparo na Emenda Constitucional n.º 120, de 5 de maio de 2022, que “Acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias”; e, dos atos normativos complementares consubstanciados, respectivamente, na Portaria GM/MS n.º 1.971 e na Portaria GM/MS n.º 2.109, ambas de 30 de junho de 2022.

Parágrafo único. O vencimento estabelecido no *caput* será reajustado, anualmente, com base na legislação federal pertinente.

Art. 2º As despesas decorrentes do vencimento dos ACE e dos ACS serão mantidas com recursos financeiros repassados pela União, oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, respectivamente, do Incentivo Financeiro aos Municípios para a Vigilância em Saúde, e, Piso de Atenção Primária em Saúde.

§ 1º O Município adotará as providências para atender o disposto nos incisos I e II, do § 1º, do artigo 169, da Constituição Federal.

§ 2º Quaisquer outras parcelas, remuneratórias ou indenizatórias, garantidas aos ACE e ACS, as quais, por vezes, são calculadas sobre o vencimento básico (sendo assim impactadas pela sua majoração) serão custeadas com recursos do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 6 de maio de 2022.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Uruguaiana, em 21 de julho de 2022.


Ver. PAULO ROBERTO INDA KLEINUBING
Presidente

À sanção do Poder Executivo.
Data supra.


Ver. MARCELO CARDOSO LEMOS
1º Secretário